



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011226-31.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **RODRIGO MOISES BARBOSA SILVA**
 Requerido: **SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido junto à segunda ré um produto (notebook) fabricado pela primeira, sendo que o mesmo cerca de quinze dias depois apresentou problema de funcionamento.

Alegou ainda que a questão foi resolvida pelo gerente da segunda ré, mas o problema reapareceu após poucos dias, de sorte que remeteu o produto à assistência técnica.

Salientou que ao recebê-lo de volta o computador estava pior porque sequer ligava.

As preliminares arguidas pelas rés em contestação não merecem acolhimento.

A legitimidade passiva ad causam segunda ré encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a espécie vertente concerne a vício do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito), pouco importando a identificação do fabricante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Já a realização de perícia é prescindível à decisão da causa, como adiante se verá.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, as rés não negaram que poucos dias depois da compra o aparelho adquirido pelo autor apresentou problemas de funcionamento, os quais foram de início resolvidos por funcionário da segunda ré, mas voltaram a aparecer.

Não refutaram igualmente que na sequência ele foi encaminhado à assistência técnica para retornar posteriormente.

Esses fatos, portanto, devem ser tido como incontroversos.

Já a situação atual do equipamento foi esclarecida pela constatação cristalizada a fl. 150.

A Oficiala de Justiça encarregada da diligência consignou que o computador não funciona normalmente, tendo em vista que aparece mensagem determinada quando se tenta sua inicialização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em seguida, quando da utilização da tecla enter "*a tela fica escura e nada acontece*".

Diante desse contexto, e à míngua de elementos concretos fornecidos pelas rés para justificar esse estado de coisas, tomo como de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque ficou patenteado o vício no produto, de um lado (para tal conclusão é despicienda a efetivação de perícia), a exemplo do fato de não ter sido sanado no trintídio, de outro.

Um novo encaminhamento à assistência técnica não seria necessário porque, além do curto espaço de tempo entre o recebimento da anterior remessa e a verificação de que não havia sido consertado, tal alternativa implicaria eternizar a resolução do problema, o que é inconcebível.

Bem por isso, configurado o vício no produto e a impossibilidade de sua reparação em trinta dias, aplica-se ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pelo autor para a aquisição do objeto.

No mais, assinalo que houve a desistência do pleito para ressarcimento de danos morais por parte do autor (fl. 159).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 1.249,00, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2015 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação, a ré que o fizer terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**